



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de  
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

**MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE: REFLEXOS DAS DESIGUALDADES DE RAÇA,  
CLASSE E GÊNERO**

**FERNANDA MARQUES DE QUEIROZ<sup>1</sup>  
HANNA HÉLIDA DE OLIVEIRA SILVA<sup>2</sup>  
ANTÔNIA VITÓRIA LIMA RODRIGUES<sup>3</sup>**

**RESUMO:** O artigo discute os resultados de uma pesquisa documental em sites governamentais e não governamentais mediante a imbricação das categorias raça, classe e gênero acerca do acesso e permanência de mulheres negras na universidade pública brasileiras. Os dados revelam uma realidade a qual as desigualdades estruturais fundadas sobre a colonialidade, o escravismo e o patriarcado repercutem no pouco acesso desse segmento ao ensino superior.

**Palavras-chave:** Universidade; mulheres negras; acesso; permanência.

**ABSTRACT:** The article discusses the results of documentary research on governmental and non-governmental websites through the imbrication of the categories race, class and gender about the access and permanence of black women in Brazilian public universities. The data reveal a reality in which structural inequalities based on coloniality, slavery and patriarchy have repercussions on this segment's limited access to higher education.

**Keywords:** University; black women; access; permanence.

## **1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a presença reduzida de estudantes negros/as no ensino superior brasileiro tem ocupado um espaço cada vez mais expressivo nas discussões das agendas de

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

governos, políticas públicas, movimentos sociais e da academia.

Desde o período colonial, a sociedade brasileira teve suas estruturas alicerçadas sobre a escravidão, o patriarcado e as desigualdades socioeconômicas. Desde então se consolidava um sistema que privilegia, em todos os âmbitos da vida, homens brancos e marginalizava a população negra, em especial as mulheres.

Sendo o Brasil, a época da colonização, uma sociedade escravista, a população negra e os povos originários foram colocados a serviço do homem branco, fosse para atender demandas braçais, reprodutivas ou desejo sexuais de seus donos.

O sistema patriarcal exila mulheres no âmbito doméstico e à subserviência masculina, independente da raça. As brancas, saiam da casa de seus pais unicamente para casa de seus maridos e se fossem negras eram mercadoria de troca e venda, utensílio doméstico, máquinas de reproduzir novos escravizados e atender os desejos sexuais de seus senhores mediante estupros.

Mesmo após a denominada “abolição”, a população negra seguiu excluída e à margem da sociedade, já que muito embora estivessem “livres” não possuíam sequer *status* de ser humano. De acordo Silva (2011, p.78) “o negro continua sendo visto e tratado de forma marginal, pois quando deixa de ser a mão de obra gratuita dá-se preferência à mão de obra paga do imigrante europeu numa tentativa de embranquecimento do país”.

As mulheres negras, por sua vez, viam-se atravessadas por dois flagelos - a cor de sua pele e seu gênero/sexo, sendo duplamente excluídas, enquanto escravas eram objetos, enquanto mulheres “livres” ocupavam o mesmo lugar.

Em se tratando do acesso à educação superior, as mulheres não negras alcançaram este local em 1879, contudo, o mesmo não ocorreu com as mulheres negras. Ao contrário, não há registros que possam informar especificamente quando estas puderam acessar este nível de ensino.

Muito embora não se possa demarcar exatamente a inserção das mulheres negras no ensino superior, é preciso dizer que ocorreu mediante incontáveis lutas e entraves que persistem até a atualidade, reflexo de uma história de exploração, escravismo e discriminação muitas vezes naturalmente aceitos que marcam fortemente a constituição de nossa sociedade.

Nessa perspectiva, ao debater o acesso e a permanência das mulheres negras nas universidades públicas brasileiras, trazemos à luz a formação sócio-histórica brasileira a fim de compreendermos os espaços e os sujeitos que os ocupam, sendo, portanto, imprescindível refletirmos de maneira crítica, as desigualdades de raça, classe e gênero que emolduram o Brasil,

desde sua égide até os dias atuais. A imbricação destas três dimensões é desafiadora para as mulheres negras, à medida que as políticas de ação afirmativas visam a expansão do acesso à universidade, contudo, tais políticas ainda são confrontadas diariamente com realidades que ultrapassam o âmbito da universidade, barreiras que dificultam, limitam e discriminam esses sujeitos de diferentes formas.

## **2. FORMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA BRASILEIRA E A EXCLUSÃO DAS MULHERES NEGRAS DA UNIVERSIDADE**

Historicamente os caminhos percorridos pela educação superior no Brasil são atravessados por contextos socioeconômicos, tornando-se notório que, desde a sua criação tratava-se de um espaço destinado a poucos, visando privilegiar as elites sociais (Carneiro & Bridi, 2020). No Brasil Colônia, surgem as primeiras experiências de Ensino Superior no país, ministradas por religiosos, sob a direção dos Jesuítas, limitadas aos cursos de filosofia e teologia, colocados à serviço da metrópole.

Segundo Rodrigues (2011, p. 45), “[...] só com a vinda da família imperial portuguesa são criados os primeiros cursos de engenharia, medicina, direito e agronomia”. Esta iniciativa teve como objetivo formar burocratas para o Estado e especialistas para a produção, iniciando a formação de profissionais liberais, filhos de fazendeiros que integravam a elite do poder (Roubião, 2013).

Esse sistema deixava à margem brancos livres e pobres por não terem recursos para pagar os professores quando o Estado não o fazia, negros livres, escravizados e mestiços, tendo como fundamento o discurso de que negro é uma raça inferior, propensa ao vício, ao crime e inimigos do progresso (Roubião, 2013). Logo, o investimento em educação seria um desperdício. Aliados do âmbito educacional, uma massa expressiva de negros/as foi submetida a trabalhos braçais e precarizados, ficando distantes da educação básica e, conseqüentemente, do ensino superior (Christillino, 2015).

O fim da escravização de negros/as no Brasil não significou a garantia de políticas que os integrassem socialmente ao novo regime de organização de trabalho e educação. Todas as instituições e entidades se isentaram de quaisquer responsabilidades de manutenção e segurança dos libertos (Fernandes, 1965). Até os dias atuais, perduram marcas desse sistema, uma vez que ainda são poucos os/as negros/as nas universidades.

No começo da década de 1990, os movimentos negros, juntos a outros movimentos sociais, se articularam para pressionar o Estado por políticas inclusivas desse segmento na Universidade. Dentre as ações e reivindicações, destaca-se a luta pela implementação de políticas afirmativas, visando ao acesso de estudantes negros/as e egressos/as de escolas públicas ao ensino superior.

Contudo, somente por volta de 2000, é que as discussões sobre as políticas de ação afirmativas se espriam no Brasil. Vale salientar que as mesmas foram criadas nos Estados Unidos da América na década de 1960, visando diminuir e amenizar as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros.

As discriminações contra as mulheres negras se constituem numa das práticas mais antigas utilizadas pelo sistema patriarcal/racista para exercer o poder sobre as mulheres. Numa sociedade patriarcal como a nossa, o exercício da autoridade dos homens sobre as mulheres se faz de diversas maneiras visando ao controle dos nossos corpos, da nossa sexualidade, da nossa autonomia e da nossa inserção na sociedade, sendo “[...] um elemento comum utilizado para a manutenção desse controle e atinge as mulheres em todo o mundo, cerceando nosso direito de ir e vir, de existência plena e liberdade. [...]” (Teixeira, 2016, p.17)

Para Saffioti (2004), a divisão da sociedade em classes, marcadamente desiguais quanto às oportunidades de ascender socialmente, representa outra fonte de dominação. Nesse sentido, a autora acrescenta que o patriarcado não se resume tão somente a um sistema de dominação moldado pela ideologia machista, ele é também um sistema de exploração. Assim, segundo Saffioti (1987, p.50), “enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”.

O conceito de patriarcado perpassa pela concepção das feministas materialistas francesas desde 1970; dos feminismos classistas no Brasil desde 1965 e do feminismo negro nos Estados Unidos desde 1970, se constituindo assim, num sistema que se mantém atual e que nomeia a formação social na qual o poder é assegurado aos homens, sendo assim sinônimo de complexos arranjos sistêmicos de dominação masculina e de opressão das mulheres.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre o acesso e a permanência das mulheres negras no ensino superior público no Brasil, somos rapidamente remetidos às políticas de ações afirmativas e a forma como estas visam reduzir as desigualdades que atravessam o cotidiano de deste segmento. Como bem pontua Santos *et al* (2022), as desigualdades, sejam estas materiais ou



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

substanciais, se acumularam historicamente sobre essas minorias. É, portanto, relevante que mencionemos que para estar na universidade não basta apenas que se assista aulas, e até para assistir aulas é necessário viabilizar meios e condições, como destacado por Reis (2012, p.5 *apud* Santos *et al*, 2022, p.231)

[...]são necessárias condições materiais que permitam a subsistência. É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanche, pagar o transporte etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes, etc. Daí, entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material e outra ligada às condições simbólicas<sup>1</sup> de existência na Universidade, a Permanência Simbólica.

O acesso de mulheres negras no ensino superior público, é permeado por dificuldades e sobrecargas que estão imbricadas com o racismo estrutural e, é importante considerar que se trata de um contingente invisibilizado e cercado de estereótipos. Sua inferiorização se desenvolve a partir de um contexto onde assumem relevância características como cor da pele, classe e sexo/gênero, que vão fundamentar sistemas de hierarquização social.

Carneiro (2011) ressalta a inferioridade social estabelecida pelo racismo na população negra em geral e, particularmente, das mulheres negras. A cor da pele e/ou fenótipo se torna obstáculo central para esses sujeitos ingressarem e permanecerem nas instituições, inclusive naquelas pertencentes à realidade educacional pública e privada do Brasil. Isso se dá sobretudo no Ensino Superior, de forma a manter e condicionar a estrutura e a atuação do Estado, suas instituições e as políticas públicas, produzindo e reproduzindo uma hierarquia racial na qual negros e negras devem ser mantidos na base dessa pirâmide (Amorim *et al.*, 2020; Góis, 2008).

Assim, não é possível compreender a formação da sociedade brasileira em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e jurídicos, sem a análise da questão racial, de gênero e de classe, conformando o que Saffioti (2004) denomina de “nó imbricado”.

Segundo (Almeida, 2018), ao discorrer sobre o racismo este não se trata de uma forma de preconceito que ocorre apenas no âmbito interpessoal, mas uma questão estrutural pautada em hierarquizações se constituindo num um processo político, porque depende de poder político para manter o seu processo de discriminação que é sistêmico e influencia toda a organização da sociedade, se não, sua prática não atingiria grupos sociais inteiros, ou seja, existem sujeitos alvo,

---

<sup>1</sup> A permanência material é “referente aos provimentos de recursos materiais mínimos para a sobrevivência” e o simbólico “trata basicamente das relações que são travadas no âmbito acadêmico e como isso pode afetar a sua trajetória na universidade” (COSTA, 2017, *apud* Santos *et al*, 2022, p.232 )

sendo a possibilidade da prática discriminatória inversa - racismo reverso<sup>2</sup> absolutamente equivocada.

As particularidades do processo de desenvolvimento do capitalismo e da colonização que conformam a realidade brasileira forjaram o racismo mediante a escravidão. Portanto, o racismo de hoje no Brasil não é só resquício de um passado escravocrata, que deixou marcas e possuem raízes profundas, o racismo é engrenagem, é uma manifestação das estruturas do capitalismo” (Almeida, 2018, p. 144).

Fundamentadas nesta compreensão, podemos afirmar que patriarcado e racismo construíram um lugar diferenciado de inferioridade para as mulheres negras, tendo estas que trilharem muitos desafios para serem vistas como sujeitos plenos.

A atuação do feminismo negro e os avanços dos demais movimentos sociais na articulação dessas pautas têm sido primordiais para proporcionar avanços, ainda que esses tenham sido insuficientes para reduzir significativamente a desigualdade social que separa as mulheres negras dos demais segmentos da população. As diferenças econômicas e sociais permanecem gritantes. Tais desigualdades, reproduzidas por gerações e gerações, não ocorrem apenas pela transmissão intergeracional dos preconceitos e discriminação, mas também pela persistência de opressões racial e de gênero.

Desigualdades estas que se materializam em diversas formas de discriminação as quais as mulheres, sobretudo as negras têm sido submetidas seja nos espaços privados, mediante as violências domésticas e familiares, bem como nos espaços públicos.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base em dados de 2019, mais da metade dos brasileiros era composta de pretos ou pardos, ou seja, 56,10%. As desigualdades podem ser observadas em diversas estatísticas, porém, elas ficam mais evidentes quando se trata da mulher negra que está na base da pirâmide social, enquanto as mulheres brancas recebem 75% da renda média dos homens brancos, as negras, apenas 43%. A taxa de desemprego entre mulheres negras é de 16,6%. Entre brancas, 11%. Em relação às mulheres brancas, as pretas ou pardas são mais pobres, têm menos oportunidade e têm pouca perspectiva de mobilidade social. Essa realidade ficou mais visível no contexto pandêmico da Covid-19, que descortinou ainda mais as desigualdades sociais e econômicas no Brasil e no mundo.

---

<sup>2</sup> É um conceito que descreve supostos atos de discriminação e preconceito perpetrados por minorias raciais ou grupos étnicos historicamente oprimidos contra indivíduos pertencentes à maioria racial ou grupos étnicos historicamente dominantes, expressão de um projeto político antinegro e antidemocrático em curso em nosso país (Almeida, 2018).

Tais desigualdades se expressam a partir da ausência de políticas públicas e de acesso a serviços básicos, como saneamento e saúde, que rebatem diretamente na vida dos/as mais pobres. No Brasil permeou durante o final do século XIX e início do século XX, mediante a imigração europeia, uma política oficial de “embraquecimento” da população, de uma sociedade miscigenada como política genocida da população negra, conforme mostram documentos e pesquisas oficiais. (Ribeiro, 2020). Para entendermos essa realidade, é preciso compreender que o denominado “pacto de branquitude” formulado por Bento (2022) que se constitui num pacto silencioso e implícito que visa manter e reproduzir privilégios raciais e, dessa forma assegurar a soberania e a supremacia branca da sociedade.

Tal pacto assegura e normaliza vantagens de uma raça sobre a outra, a exemplo, podemos mencionar acesso a uma educação de melhor qualidade impactando sua ascensão profissional. O silenciamento coletivo e a negação do racismo que estrutura nossa sociedade, são ainda perpetuadores desse pacto que beneficia brancos e retoma as amarras de outrora para negros/as.

No que diz respeito à esfera da educação, dados da PNAD (2020, p.2) registraram que “no grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%”. A pesquisa registrou ainda, que entre 2016 e 2019 houve um aumento de pessoas pretas e pardas no sistema educacional, entretanto esse número é mínimo se comparado a pessoas não negras.

Quando tratamos da questão da evasão escolar entre os 14 e 29 anos têm-se que 27,3% são pessoas brancas e 71,7% pessoas pretas ou pardas (PNAD, 2020, p.10). Quanto ao ensino superior, a PNAD (2020, p.9) aponta que entre 18 a 24 anos 37,9% da população nacional branca estava estudando, sendo 29,7% no ensino superior, em se tratando na população negra ou parda, temos 28,8% estudando, mas apenas 16,1% estão no ensino superior.

No Brasil quando se trata do acesso da população negra à educação, é pertinente mencionar que desde o período escravista esta população foi deixada à margem, sendo o ensino um privilégio de brancos da classe média alta, como destaca Oliveira (2016, p.3): “No período colonial a educação é destinada aos grupos dominantes para formar os filhos dos que detêm o poder”.

A Constituição Federal de 1894<sup>3</sup> garantiu a educação primária como direito inviolável a todo cidadão brasileiro, entretanto define em seu artigo 6º que - “Os que no Brasil tiverem nascido,

---

<sup>3</sup> Disponível em [https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1737/constituicao\\_1824](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1737/constituicao_1824).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”, deixando novamente excluído da educação os negros escravizados. Mesmo que de maneira menos explícita, o Brasil seguiu ao longo dos anos deixando a população negra subalternizada tendo como fundamento ideias eugenistas e capacitistas<sup>4</sup>.

Durante um longo período, os negros e em maior evidência, as mulheres negras não estiveram presentes nos cursos superiores. Entretanto, é importante lembrar que Enedina Alves Marques<sup>5</sup> que foi primeira mulher negra a se formar na Universidade de Engenharia civil no Brasil. É preciso ressaltar ainda que, mesmo sendo professora e trabalhando para pagar sua estadia na casa do construtor Mathias, Enedina realizava trabalhos domésticos. Com uma história de resistência e feitos memoráveis, após seu falecimento, Enedina foi retratada em jornal popular como uma “senhora excêntrica”.

Queiroz (2004, p.74) destaca que:

A criança e o jovem negros são atingidos de maneiras diversas pelo caráter sutilmente racista do sistema de ensino brasileiro. O racismo se expressa, por exemplo, no acesso diferenciado dos segmentos raciais: estão entre os negros as maiores proporções de pessoas não alfabetizadas

Passadas quase duas décadas dessa assertiva, o cenário brasileiro pouco se alterou. É necessário lembrar que as ações afirmativas que têm possibilitado uma maior entrada de pessoas negras na universidade, não tem sido suficiente para garantir sua permanência e conclusão.

### **3. AÇÕES AFIRMATIVAS, POLÍTICAS DE COTAS E A TENTATIVA DE “REPARAÇÃO HISTÓRICA”**

As ações afirmativas surgiram na Índia na década de 1940 e chegam aos EUA no ano de 1965 como forma de atenuar as desigualdades entre negros e não negros/as. No Brasil, foi somente em 1995 com a realização da Marcha Zumbi dos Palmares que o Estado reconheceu

---

<sup>4</sup> No final do século XIX, com a república a presença negra e indígena são consideradas impedimento para a construção da nação, mesmo de parte de alguns abolicionistas e republicanos. Intelectuais brasileiros, presentes nas instituições culturais criadas pelo imperador neste século, ou seja, Museus, Institutos históricos e geográficos e principalmente instituições de ensino superior de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro e de direito em Recife e em São Paulo incorporam as teorias europeias e afirmam a inferioridade dos negros e indígenas. (OLIVEIRA, 2016, p.4)

<sup>5</sup> A história de Enedina é uma exceção, à medida que foi alfabetizada desde jovem porque o patrão de sua mãe, o delegado e major Domingos Nascimento Sobrinho, que para que sua filha tivesse companhia na escola, pagou para que Enedina estudasse. A narrativa da vida de Enedina pode ser lida mais profundamente em: FERNANDES, Marina. Quem foi Enedina Alves Marques, a primeira engenheira negra. *In.* PUCPR. Disponível em: <https://ead.pucpr.br/blog/enedina-alves-marques>.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

efetivamente a existência da necessidade de ações afirmativas. No momento da marcha, os militantes pelos direitos negros entregaram ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de combate ao racismo, trazendo sugestões de políticas públicas de discriminação positiva, como destaca Moehlecke (2002, p. 205 - 206):

Incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem os programas de promoção da igualdade racial; instalar no âmbito do Ministério do Trabalho, a câmara Permanente de Promoção da Igualdade que deverá se ocupar de diagnósticos e proposições de políticas de igualdade no trabalho; implementar a convenção sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceber bolsas remuneradas a adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo grau; desenvolver ações afirmativas para acesso de negros em cursos profissionalizantes, as universidades e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com eles mantenham relações econômicas.

Em 2001, o Brasil participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que viria a acontecer em 2001 em Durban na África do Sul, assumindo a responsabilidade de implementar ações afirmativas nas universidades brasileiras (Passos, 2015).

Apesar de termos uma legislação que possibilita o ingresso de pessoas negras no ensino superior persiste uma disparidade entre o número de homens e de mulheres negras sendo elas 22% em 2013 enquanto os homens eram somente 18%, contudo em 2019 o percentual de mulheres negras que concluíram o ensino superior era de 21% enquanto o percentual de mulheres brancas foi de 27%, homens brancos 18% e homens negros 14%, revelando mais uma vez o racismo e sexismo estruturais que marcam a realidade brasileira (Silva, 2021).

Para compreendermos as ações afirmativas, é preciso desvendarmos as injustiças e desigualdades historicamente vivenciadas por determinados grupos socialmente minoritários que impactam, sobretudo de forma negativa, nas suas condições de vida, desigualdades que persistem até os dias atuais sobretudo no cotidiano de pessoas negras. Percebe-se assim, a importância de ações de reparação histórica, que buscam o reconhecimento desse impacto negativo e ainda, a oferta de condições para sua superação.

O termo “política de cotas”, surge na década de 1960 nos Estados Unidos, onde vivenciava-se um momento de reivindicações democráticas pelos direitos civis - destacamos aqui a atuação do movimento negro nessa luta, que por meio de uma série de manifestações e ações de resistência, buscavam combater a segregação e discriminação racial - primando pela igualdade de oportunidades a todas as pessoas. Como pontua Moehlecke (2002, p. 198), é assim que surge



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

“a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra.” Bergmann (1996, *apud* Moehlecke, 2002, p.199-200) a definem:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente de homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo 200 Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002 múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente.

Nesse sentido, a política de cotas raciais, objetiva viabilizar a entrada das minorias nas universidades, possibilitando ao menos em tese que esses indivíduos consigam chegar ao ensino superior. Entretanto, ela não abarca os incontáveis dilemas e reverses da vida das mulheres negras, como bem destaca Alcântara e Junior (2020, p.139), “Pensar na trajetória de mulheres negras na universidade brasileira significa refletir, automaticamente, nas questões de raça, classe e gênero, que se articulam também nestes espaços”.

É pertinente mencionar que a luta por políticas de ação afirmativas que priorizem a inserção de negras/os na universidade não é tão recente quanto a instituição da lei de cotas raciais. Ela surge de lutas que vem desde a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e estes já partiam de lutas anteriores voltadas a mesma questão. Entretanto, somente a partir dos anos 2000 é que começam a ser implementadas de forma mais expressiva.

Vale ressaltar que a aprovação, no ano de 2012, da Lei nº 12.711/2012 conhecida como “lei de cotas raciais” em universidades estabelece reservas de vagas em instituições de ensino superior para estudantes de escolas públicas, negros, pardos e indígenas. A referida Lei requereu que as universidades passassem por um processo de adaptação e organização para futuros processos seletivos, e assim cumprir o disposto em seu primeiro artigo

Art. 1º - As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Brasil, 2012)

Para além do disposto, a Lei de cotas também institui que determinadas vagas sejam reservadas de acordo com a quantidade populacional segundo o último censo do IBGE realizado no local em que encontra-se a instituição (Brasil, 2012).

Contudo, é importante ressaltar que antes mesmo de ser promulgada a referida Lei, em 2004 a Universidade de Brasília mediante lutas protagonizadas pelo movimento negro, estabeleceu um sistema de cotas próprio em seus processos, onde eram reservadas vagas para candidatos autodeclarados negros/as. Sendo, portanto, a primeira instituição federal do Brasil a adotar tal ação, visando a inserção e a diversidade étnico-racial no interior da instituição.

Desde a implementação da Lei de Cotas em 2012 e até os dias atuais, perpetuam alguns discursos meritocráticos e contrários a esta iniciativa, com o argumento de que as cotas privilegiam um grupo em detrimento de outro, desconsiderando o mérito acadêmico. É importante ressaltar que esse discurso desconsidera todas e quaisquer desigualdades históricas e estruturais que marcam a sociedade brasileira. Como bem destaca Alcântara e Junior (2020, p.128) “Partimos da assertiva que as pessoas negras estão colocadas em lugares pré-estabelecidos historicamente, e isso impede a movimentação delas dentro da estrutura social”, essa movimentação está relacionada aos vários âmbitos da vida do indivíduo, para tanto, não se difere em se tratando de educação. Como dito, as ações afirmativas contribuem com a inserção da população negra na universidade, porém existem inúmeros outros atravessamentos que vem a dificultar senão, impedir que esse ciclo se conclua, principalmente em se tratando de mulheres negras.

Dados da Agência Patrícia Galvão (2023) evidenciam que “houve um pequeno aumento na presença de mulheres negras no Ensino Superior entre 2016 e 2019, passando de 15,2% para 16,9%, porém a diferença se compararmos as estudantes brancas é de quase o dobro (29,4%)”. Outro dado impactante diz respeito à conclusão dos cursos. Ao longo do ano de 2012 apenas 6,6% das pessoas negras acima dos 25 anos concluíram o ensino superior, enquanto as pessoas brancas atingiram um percentual de 18,7%.

Em 2019, a diferença entre esses dois grupos continuam similares, sendo 11,1% de pessoas negras concluindo o Ensino Superior, frente a 25% de pessoas brancas. Essa realidade nos mostra que a lei de cotas, assim como as demais ações afirmativas por si só não modificou substancialmente esta realidade. Se faz necessário implementar um conjunto de políticas públicas principalmente no que concerne ao entendimento de que as cotas não são, como bem registra a música “esmola”, mas na realidade, uma tentativa de reparar uma longa história de exploração e desvantagens de uma parcela da sociedade deixada à margem, alvo de inúmeras violências e discriminações.

Dados registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP entre os anos de 2014 a 2020 revelam que, muito embora por meio das ações afirmativas, as mulheres negras tenha conseguido adentrar a universidade, é também real que em 2020 o número de mulheres negras não se equipara ao de mulheres brancas em 2014. Dessa forma, vemos que muito embora as ações afirmativas sejam uma possibilidade de mudança da realidade, estas não são suficientes por si só.

É preciso refletirmos ainda sobre a permanência dessas mulheres na universidade, como conseguirão se manter, como conciliar emprego e estudo, sem pensar nas atividades domésticas executadas diariamente, advindas da desigual divisão sexual e racial do trabalho. Portella (2022) também traz alguns dados do INEP que apontam a dificuldade que mulheres negras têm em concluir o ensino superior.

Em 2019, 57% de mulheres e 43% de homens acessaram ao ensino superior. Dessas 57%, 23% eram brancas, 22% negras, 1% amarelas e 11% não declararam. Com relação às concluintes naquele mesmo ano, 60% eram mulheres, 40% eram homens, destas, apenas 21% eram mulheres negras (INEP, 2020). Tais dados revelam não apenas a desigualdade de acesso na universidade, mas principalmente em concluir sua formação.

Os dados expressam a disparidade enfrentada pelas mulheres negras no acesso e permanência no ensino superior e por consequência seu ingresso no mercado de trabalho. Roza (2021, 23) explicita que:

É importante olhar para avanços, mas sem deixar de reconhecer que são as mulheres negras que ainda enfrentam mais barreiras para se manter na universidade e entrar no mercado de trabalho. Elas seguem sub-representadas nas instituições públicas do país. Do total de mulheres negras que entraram em uma universidade, 16% ingressaram em instituições públicas e 84% em instituições privadas. Os dados são do Censo Escolar mais recente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação. Já de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos dados da Pnad Contínua, a taxa de desocupação das mulheres negras atingiu 19,8% no terceiro trimestre de 2020.

Tal afirmativa nos leva a refletir acerca da realidade dessas mulheres e a forma que o racismo estrutural e institucional demarcam os lugares que serão ocupados por elas na sociedade.

O racismo estrutural, segundo Almeida (2019), trata-se de uma forma de racismo que está enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade e, tal comportamento não está atrelado unicamente a atitude e/ou comportamentos individuais do sujeito, ao contrário, é

como o próprio nome enfatiza, algo estrutural e estruturante, na qual se ergue a sociedade brasileira e molda até a atualidade.

Em geral, universidades públicas são reconhecidas por ofertarem um ensino de maior qualidade e mais oportunidade de mobilidade social, entretanto, o acesso limitado das mulheres negras a essas instituições nos faz perceber a existência de barreiras estruturais, que surgem desde as idades iniciais da vida com o acesso desigual à educação básica de qualidade, preconceitos no processo de admissão, permanência e conclusão.

É urgente a ampliação de programas de assistência estudantil que visam a diminuição da evasão, assim como medidas que estimulem a permanência desse segmento, a exemplo de auxílio moradia, transporte, alimentação, creche, dentre outros. Entretanto, é preciso pontuar que tais serviços ainda são insuficientes para atender à demanda, dados os constantes cortes de verbas para a educação, bem como também não existe um recorte racial para a seleção dos/as estudantes contemplados.

Dessa forma, é preciso retomar o pensamento inicial das raízes escravistas que fundamentam nossa sociedade, salientando que desde muito jovens - em média 14 anos - a população negra já trabalha como bem demonstra a PNAD contínua (2019), sendo assim é preciso conciliar a impossível missão de trabalhar, estudar, inserir-se nas atividades extras da universidade e, no caso das mulheres, realizar as atividades domésticas e/ou cuidados de outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As desigualdades por gênero e cor/raça na educação brasileira têm sido objeto de reflexão de vários autores nos últimos trinta anos. A literatura tem indicado que as desigualdades no acesso, na progressão e na conclusão para as diferentes etapas da educação básica e do ensino superior são demarcadas também pela cor/raça dos estudantes, indicadores educacionais encontrados para negros estão muito aquém dos observados para brancos. Diferenças importantes entre indicadores educacionais de negros e brancos são observadas desde a primeira etapa do sistema educacional brasileiro, devendo ser estudadas na interação com outros marcadores sociais como sexo, região de moradia, renda e faixa etária.

O racismo e o patriarcado estruturais enraizados nas instituições e práticas sociais perpetuam a discriminação e exclusão de mulheres negras. No âmbito da educação, isso se manifesta mediante políticas e culturas institucionais que frequentemente não reconhecem ou validam a presença destas.

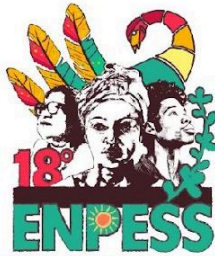
O acesso restrito a recursos educacionais de qualidade desde os anos iniciais da formação (ensino fundamental e médio) perpetuam tais desigualdades, que perduram tanto no acesso ao ensino superior como na permanência destas mulheres refletindo significativamente em suas vidas atual e futuramente.

As políticas de cotas causaram mudanças no cenário universitário no país dominado majoritariamente por pessoas brancas. Contudo, apesar das conquistas alcançadas com a implementação de tais políticas nas universidades públicas, esses recursos ainda são insuficientes para garantir a permanência das mulheres negras no ensino superior. Muitas delas enfrentam desafios financeiros significativos que vão além dos custos básicos, incluindo despesas com alimentação, transporte, moradia e materiais de estudo.

A necessidade de trabalhar para sustentar a si mesmas e suas famílias muitas vezes entra em conflito com suas responsabilidades acadêmicas, aumentando o risco de evasão. Embora as bolsas de permanência sejam essenciais, a quantidade e o valor oferecidos frequentemente não são suficientes, perpetuando as barreiras que limitam o pleno desenvolvimento acadêmico e profissional dessas mulheres.

Reconhecer as questões estruturais que perpassam as vivências das mulheres negras, em particular seu acesso à educação superior, se faz necessário para romper com visões limitadas e garantir respostas institucionais mais sensíveis as suas demandas, ao oferecer uma perspectiva que busca promover políticas e práticas mais equitativas, compreendendo essas intersecções entre as mais diferentes formas de discriminação.

É primordial mencionar ainda os sucessivos cortes de verbas na educação que têm dificultado ainda mais o acesso e a permanência dessas mulheres nas universidades públicas. Esses cortes resultam em reduções de programas de assistência estudantil, bolsas de permanência, e serviços de apoio essenciais, como creches, restaurantes universitários dentre outros. Além disso, a diminuição de investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos impacta negativamente na qualidade do ensino e a disponibilidade de vagas. Para as mulheres negras, que já enfrentam desafios significativos devido à intersecção de raça e gênero, a redução dos investimentos em políticas de assistência estudantil criam barreiras adicionais, dificultando a continuidade de seus estudos e limitando suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sob o ponto de vista da inclusão de segmentos historicamente excluídos e discriminados da população brasileira (pretos e pardos, mulheres), pode-se afirmar que espaços importantes foram conquistados. Porém as distâncias ainda são significativas. Sua mensuração e seu detalhamento auxiliam a compreendê-las e subsidiar as decisões políticas para enfrentá-las. Precisar quanto e em que aspectos essa distância foi alterada pelas políticas de ação afirmativa e outros fatores socioeconômicos é um caminho a ser trilhado, o que demanda estudos para seu desvelamento.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Presença de mulheres negras cresce nas universidades, mas diferença para estudantes brancas é de quase o dobro.** Agência Patrícia Galvão, 2023. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/presenca-de-mulheres-negras-cresce-nas-universidades-mas-diferenca-para-estudantes-brancas-e-de-quase-o-dobro/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

AMORIM, S. G., Martins, S., LEITE JUNIOR, J. D., & Farias, M. N. **“Asfixias sociais” da população negra e questões para a Terapia Ocupacional.** Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, 4(5), 719-733, 2020.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius (Org.). **A história da educação dos negros no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2016. p. 51-70. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4671529/mod\\_resource/content/0/A%20Historia%20dos%20negros%20na%20educacao%20no%20Brasil%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4671529/mod_resource/content/0/A%20Historia%20dos%20negros%20na%20educacao%20no%20Brasil%20.pdf). Acesso em: 04.jun.2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O Pacto da branquitude.** São Paulo. Companhia das Letras. 2022.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e universidade:** a longa e difícil luta contra a Invisibilidade. FECLSC-UECE. 2010. Disponível em: [https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/bitstream/123456789/806/1/Mulher%20e%20universidade\\_a%20longa%20e%20dif%3%adcil%20luta%20contra%20a%20invisibilidade%20-%202010.pdf](https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/bitstream/123456789/806/1/Mulher%20e%20universidade_a%20longa%20e%20dif%3%adcil%20luta%20contra%20a%20invisibilidade%20-%202010.pdf). Acesso em: 21.mai.2024.

BRASIL. **Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF. 1968. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_](https://www.planalto.gov.br/ccivil_). Acesso em: 23.mai.2024.

CARNEIRO, L. A. V., & BRIDI, F. R. S. (2020). Políticas Públicas de Ensino Superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, 15(1), 146-158. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059>. Acesso: 09 jul.2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso: 11.jul.2024.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Caderno 06: Machismo**. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito. Brasília, DF: CFESS, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>. Acesso em: 21.mai.2024.

CHRISTILLINO, C. L. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In T. B. B. Oliveira (Ed.), **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba (pp 57-84). Campina Grande: EDUEPB, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível**: A vitimização de Mulheres no Brasil 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 4 ed. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça & Gênero nos sistemas de ensino**: os limites das políticas universalistas em educação. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: [unesdoc.unesco.org](https://unesdoc.unesco.org). Acesso em: 11.jun.2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Outras formas de trabalho**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf). Acesso em: 28.jun.2024.

MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 192-210.

NIEROTKA, R.L., & TREVISOL, J.V. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. In: **Ações afirmativas na educação superior**: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2019, pp. 13-39. ISBN: 978-65- 5019-009-5. <https://doi.org/10.7476/9786550190071.0002>.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisas**, n.117, p. 197-217, 2002. Disponível em: [http://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc\\_artigo\\_2002\\_SMoehlecke.pdf](http://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf). Acesso em: 13.jun.2024.

OLIVEIRA, Iolanda de. **O negro no Sistema Educacional Brasileiro**: alguns aspectos históricos e contemporâneos. 2016. Disponível em:





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/167086/apresentacao\\_iolanda\\_oliveira.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/167086/apresentacao_iolanda_oliveira.pdf). Acesso em: 19.jun.2024

RODRIGUES, G. M. Ensino privado: a qualidade e a imagem. In S. S. Colombo & G. M. Rodrigues (Eds.), **Desafios da gestão universitária contemporânea** (p. 43-58). Porto Alegre: Penso.2011

ROUBIÃO, A. **História da universidade**: genealogia pra um “modelo participativo” Coimbra: Almedina, 2013.

SANTOS, João Paulo Lopes dos; MOREIRA, Núbia Regina. Mulher negra e educação superior: impasses históricos e atuais. In. **XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**. 2017, Bahia. Anais, Vitória da Conquista - BA. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6935/6735>. Acesso em: 28.jun.2024.

SILVA, Simone Rezende da. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. *In. Revista Nera* – ano 14, nº. 19, pp.73-89. Presidente Prudente. Jul./dez; de 2011 – ISSN: 1806-6755.